

Duas áreas e um problema

ANA HELENA PAIXÃO
DARSE JÚNIOR

DA EQUIPE DO CORREIO

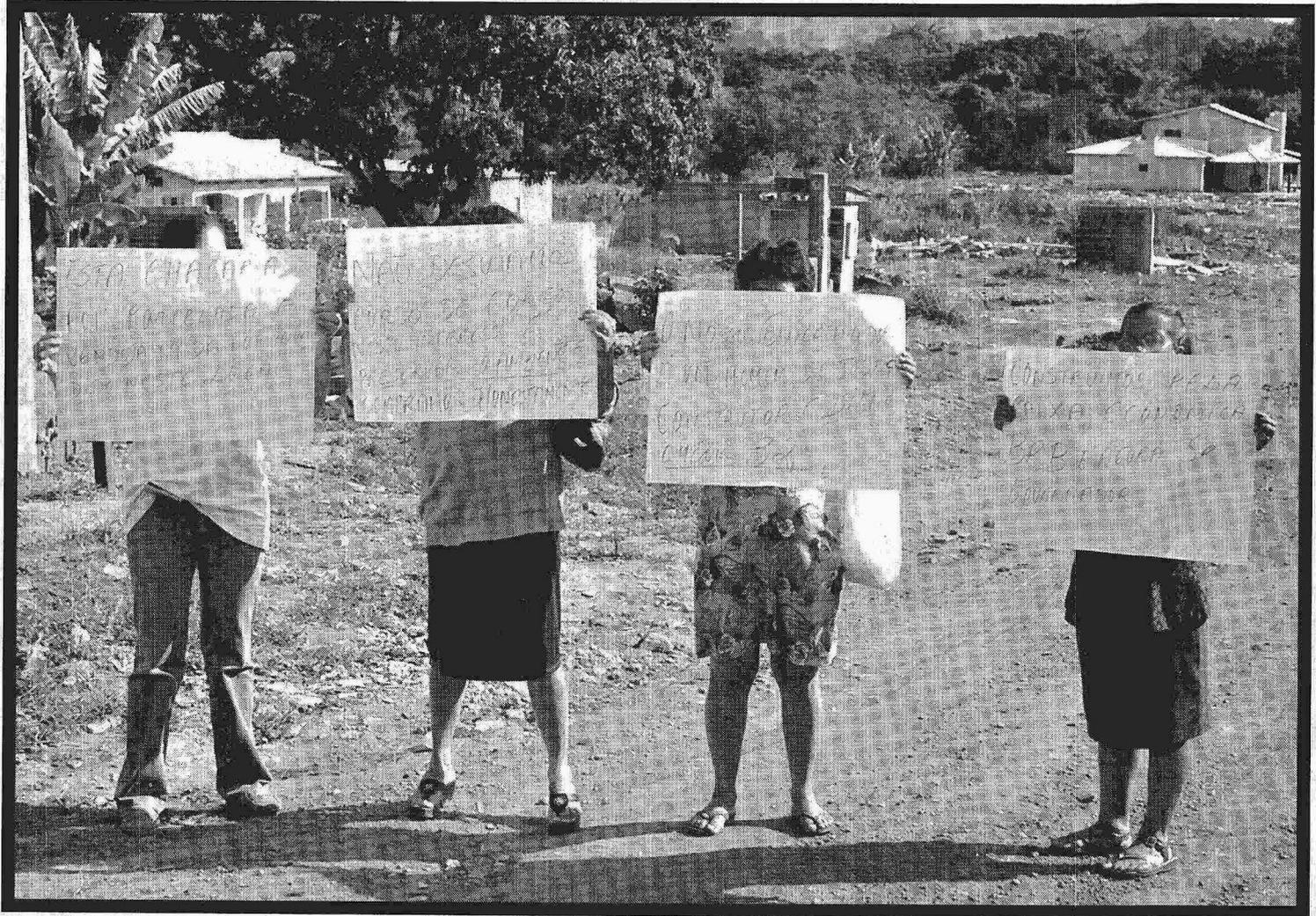
A Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) coordena, ao mesmo tempo, as duas ações consideradas estratégicas pelo Governo do Distrito Federal para a liberação de áreas de preservação permanentes invadidas. Enquanto os moradores que invadiram a orla do Lago Paranoá começam a ser punidos, os ocupantes da Colônia Agrícola Águas Claras, no Guará II, protestam contra a tentativa de erradicação do loteamento que surge no local. Eles prometem entrar com uma ação administrativa junto a Semarh para suspender o prazo de 20 dias dado pelo governo para que a área seja desocupada. Ao final do período, as construções remanescentes serão demolidas.

No momento em que a fiscalização aplicava as primeiras multas no Lago Norte, os moradores da Colônia Agrícola faziam um pequeno protesto. "Queremos saber por que nos notificaram em abril e já derrubaram e não fazem nada no Lago, na Estrutural, em Arniqueiras ou Vicente Pires. Qual é a diferença?", reclamou a dona de casa Gerusa Freitas, 41 anos.

Há uma semana, parte do muro da casa que ela constrói no lugar foi demolido, numa operação coordenada pela Subsecretaria de Vigilância Preservação e Conservação de Mananciais (Siv-Água). Ao todo, foram demolidos duas casas, cinco barracos e 27 muros no local. Como na orla do Lago Paranoá, as construções estavam numa Área de Preservação Permanente (APP).

A operação chegou a ser criticada pelo secretário de Meio Ambiente Jorge Pinheiro, que não a teria autorizado. Ele acabou levando um "puxão de orelha" do governador Joaquim Roriz. "O governador foi claro: a operação foi legal e regular. O Siv-Água foi criado para proteger as nascentes e os mananciais. As casas derrubadas

Kleber Lima 5.7.04



MORADORES DA COLÔNIA AGRÍCOLA ÁGUAS CLARAS PROTESTAM CONTRA AS DERRUBADA: COMO NA ORLA DO PARANOÁ, LOCAL É ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

prejudicavam o meio ambiente e a subsecretaria cumpriu seu papel", disse o porta-voz do GDF Paulo Fona. "Os moradores têm agora 13 dias para deixar o local."

Apesar da notícia, os moradores ainda têm esperanças de permanecer no loteamento. Essa semana, eles entram com ação administrativa na Semarh numa última tentativa de impedir a derrubada anunciada. "Também vou processar o governo. Minha obra estava embargada e eles derrubaram assim mesmo", disse a psicóloga Maria Arlenilde Andrade, 43 anos.

Isonomia

Sobre a mesa da promotora Luciana Medeiros, da 5ª Promoto-

ria de Defesa da Ordem Urbânica (Proub) do Ministério Público do Distrito Federal (MPDF), estão os processos que denunciam as ocupações irregulares na orla do Lago Paranoá e na Colônia Agrícola Águas Claras. Há um ano e meio, ela requisita vistorias nas duas áreas, demolições de obras que ameacem o meio ambiente ou a regularização das que, aos poucos, cumprirem as exigências legais. Nas últimas semanas, no entanto, a promotora está em alerta.

Luciana Medeiros ameaça entrar na Justiça para garantir que o tratamento dado às invasões na parte mais nobre do DF seja o mesmo conferido aos moradores da periferia do Guará II.

"Para nós, são situações iguais: invasões em áreas de preservação permanente. Não aceitamos tratamento diferenciado. Se o governo derrubar num ponto e não agir no outro, vou garantir a isonomia na Justiça", disparou a promotora. Antes, porém, ela quer saber quais ações serão adotadas pelas equipes de fiscalização para conter as irregularidades nas duas áreas.

Dados da Secretaria de Fiscalização de Atividades Urbanas (Sefau), referentes aos meses de março e abril, mostram que as derrubadas se concentraram em regiões de menor poder aquisitivo do DF. No período, foram realizadas apenas três demolições de obras irregulares no Plano Piloto e

lagos Sul e Norte. Ao mesmo tempo, houve 68 ações: 39 no Riacho Fundo II, 25 em Brazlândia e quatro na Ceilândia. A Sefau ainda não consolidou os dados referentes aos meses de maio e junho.

O porta-voz do GDF nega que haja privilégios quando o assunto é invasão de área pública. "Onde há pessoas morando, é preciso cautela. Mas é mais fácil erradicar uma invasão recente, como na Colônia Águas Claras, do que uma que se consolidou ao longo de 40 anos, como na orla", compara. "Sabemos disso. Mas não podemos concordar que haja demolição apenas em invasões de pobre enquanto o poder público é tolerante com as dos ricos", avalia a promotora Luciana Medeiros.